

09 MAI 1995

“Consistência política do Brasil atrai”

por Celso Pinto
de São Paulo

e o ministro da Fazenda,
Pedro Malan.

O pior da crise do México já passou, os capitais internacionais voltarão para a América Latina, ainda que com muito maior cautela, e o Brasil tem condições de ser uma opção privilegiada. Por uma razão política: a consistência com que o povo tem votado em favor da estabilidade e da modernização.

A análise é do presidente do Citibank, John Reed, feita num seminário organizado pelo banco em São Paulo para mais de uma centena de investidores, 25 dos quais vindos dos Estados Unidos e da Europa. A visão de Reed, basicamente otimista, foi compartilhada por outros palestrantes, como os empresários Jorge Gerdau Johannpeter (da Gerdau), Silvano Valentino (da Fiat), Wilson Brumer (da Acesita), professor Mário Henrique Simonsen, o deputado José Anibal (líder do PSDB na Câmara)

Reed ressaltou com ênfase a importância da “transparência” do processo político brasileiro e da “consistência” dos votos em favor da estabilização. Essa, a seu ver, é a grande vantagem relativa do Brasil em relação a países asiáticos como Cingapura, Indonésia e a própria China, além do México. “O mais impressionante no Brasil nos últimos dez a quinze anos é o desenvolvimento de um processo político que parece profundamente enraizado”, observou. A transparência dá mais segurança política, enquanto a consistência garante a direção em favor da estabilidade e da abertura econômica.

Isso não quer dizer que não haja problemas. Ele gostaria, como disse a este jornal, que a privatização brasileira caminhasse mais rapidamente, ainda que entenda os obstáculos. Acha que usar a fixação

(Continua na página B-2)

“Consistência política do Brasil...”

por Celso Pinto
de São Paulo

(Continuação da página A-1)

cambial para ancorar a inflação é algo por definição temporário.

Acha, também, que a abertura brasileira às concessões para parcerias no setor de infraestrutura com o setor privado é positivo, mas de eficácia não comparável à da privatização de empresas já existentes. Disputar capitais internacionais para novos projetos em infraestrutura, lembrou, é algo perseguido por inúmeros países no mundo todo.

Já a privatização é algo que atrairia o próprio Citibank. Na Argentina, o banco participou da compra de várias empresas privatizadas em parceria com outros grupos privados: o Citi organizava o pacote financeiro, ficava com parte das ações,

e algum sócio experiente no setor tomava conta da administração. Reed disse que é intenção do Citi montar esquemas parecidos no Brasil, se o programa de privatização abrir oportunidades. A compra de participação em empresas, disse, do ponto de vista do banco, é um investimento de longo prazo na Argentina e pode ser

Simonsen prevê que a taxa de inflação chegará a 30% ao ano

também no Brasil.

Malan, nesse ponto, não chegou a anunciar novidades para os investidores. Disse que a privatização é “essencial”, que o processo será “acelerado”, mas citou apenas o conhecido: espera privatizar as catorze empresas petroquímicas em meados deste ano, lembrou que a decisão de vender a Vale está tomada e que o processo para vender o setor elétrico foi detonado.

Sobre o Plano Real, Malan procurou evitar o que ele mesmo classificou como “otimismo ingênuo”, ou o exagero pessimista dos “profetas da catástrofe”. “Sempre soubermos que seria uma longa e difícil jornada”, até a estabilização, admitiu. Lembrou, contudo, que a inflação acumulada no primeiro quadrimestre deste ano foi de apenas 6,2%, a menor desde os anos 70 e que não há razões para que a alta recente não possa ser revertida. Da mesma forma, previu superávit comercial neste ano e um déficit em conta corrente sustentável.

O professor Mário Henriques Simonsen compartilha com a idéia de que a inflação ficará na casa dos 30% ao ano, mas acha que qualquer queda adicional dependerá de uma conjunção de medidas. A chave é o ajuste fiscal, mas não há como fazê-lo elevando a carga tributária, comprimindo salários federais, ou imaginando ser possível cortar as transferências a estados e municípios. A única forma é reduzir os juros, que consumirão 25% dos recursos fiscais neste ano. E isso só será possível se o governo usar a receita de um programa agressivo de privatização para resgatar sua dívida mobiliária interna.

A existência de R\$ 62 bilhões em papéis federais explica, segundo Simonsen, a ineficácia da atual política monetária. O Banco Central não é capaz de fazer as mudanças ne-

cessárias, como a eliminação da zeragem automática do open market, simplesmente porque teme que a oscilação de juros que se seguiria poderia colocar em risco o sistema financeiro privado, que carrega a maior parte da dívida federal.

Do lado externo, de todo modo, a análise de Reed indica que existem razões para razoável otimismo. Ele acha que alguns investidores menos informados, especialmente fundos mútuos americanos em busca de papéis denominados em dólares no México, provavelmente não voltarão a investir na região. Outros investidores institucionais, contudo, como os fundos de pensão, deverão retornar gradualmente, com maior preocupação em relação ao risco.

Ele julga que a repercussão da crise mexicana foi exagerada em outros países latino-americanos, inclusive na Argentina. A este jornal, Reed disse que ainda existe o risco de Carlos Menem não ser reeleito. Caso vença a eleição, contudo, como é mais provável, ele não espera mudanças na política cambial do ministro Domingo Cavallo. O ajuste econômico necessário sem que se possa recorrer à desvalorização cambial, no entanto, será muito duro e envolverá a necessidade de reduzir o nível de salários. Até que o ajuste seja feito, a Argentina terá de buscar o financiamento externo necessário para cobrir déficits externos.

Reed tem uma visão basicamente positiva, também, em relação à economia internacional neste e no próximo ano, embora sua análise seja bastante dura em relação ao Japão. Estima que os Estados Unidos possam manter seu crescimento positivo, no nível sustentável de 2,5% ao ano nos próximos anos. A mesma combinação de baixa inflação e razoável crescimento deverá prevalecer na Europa e a convergência entre as taxas de juro americana e europeia é, para Reed, um sinal positivo.

O Japão, contudo, deverá passar por “quatro ou cinco anos de grande dificuldade”. Reed, que esteve há duas semanas no Japão, acha que os preços japoneses estão num nível artificial. A valorização do iene se deu, em parte, porque embora o país mantenha superávit expressivo em conta corrente, esse dinheiro tem-se mantido no próprio Japão.

Ele projeta um ajuste duro no Japão que passaria por maior abertura à competição

externa e que implicará a impossibilidade de geração mínima de empregos por vários anos. Aumentarão, em consequência, as tensões políticas e sociais. Ao final desse processo de baixo crescimento, prevê Reed, o país poderá retomar sua capacidade de competição externa e a cotação do iene em relação ao dólar, hoje pouco

Reed acha que investidores menos informados provavelmente não voltarão

acima de 80 ienes por dólar, deverá voltar para algo entre 120 e 140 ienes por dólar.

Tanto Reed quanto o vice-presidente executivo do Citi, Álvaro de Souza, enfatizaram a crescente necessidade de capitais pelos países emergentes, frente a uma relativa escassez de oferta. As duas vantagens relativas dos países emergentes são, como disse Souza, a taxa de retorno mais alta possível para seus investimentos (12% na projeção do Citi, comparada a 5% nos países desenvolvidos) e o perfil demográfico que indica uma população mais jovem (por definição, mais consumidora),

comparada à população mais velha (e mais poupadora) dos países ricos.

A riqueza financeira internacional é estimada em US\$ 35 trilhões, dos quais US\$ 22 trilhões estão concentrados nos EUA, no Japão e na Alemanha. Em 1994, lembrou Souza, US\$ 400 bilhões foram “exportados” de países ricos e US\$ 170 bilhões foram para países emergentes. O “excesso” de poupança nos países desenvolvidos e a oportunidade de bons retornos nos países emergentes explicam, segundo Souza, a ênfase do Citi em ser um banco global, que enfatiza os países em desenvolvimento.

Oportunidades de investimento no Brasil existem. Gerda acha que setores como celulose, laranja e siderurgia têm vantagens comparativas não igualáveis por outros países. Silvano Valentino, presidente da Fiat e da associação das montadoras, a Anfavea, vê a possibilidade de o Brasil saltar da posição de nono maior produtor mundial de veículos no ano passado, para quinto ou sexto no ano 2000, desde que problemas de custos sejam superados.

Ele reclamou da estrutura tributária do setor, do custo de capital e da necessidade de ga-

nhar escala para competir com o mercado como o Europeu. O salto da produção que ficou em 1,6 milhão de veículos no ano passado para algo entre 2,5 milhões e 3 milhões no ano 2000 dependeria de reformas estruturais bem-sucedidas na economia.

O trunfo é o enorme mercado interno, o sétimo maior do mundo, e o fato de a frota brasileira corresponder apenas à décima-sexta posição no mundo na relação entre veículos por habitante. No melhor cenário, os investimentos seriam de US\$ 9 bilhões a US\$ 12 bilhões até o ano 2000, a 2.000 a 3.000 a incluídos talvez de 10% a 20% vindos de novas montadoras. Valentino advertiu, contudo, que se os problemas não forem superados, a produção poderá ficar estagnada nos níveis atuais até o final da década.

O seminário do Citi continua hoje e amanhã, mas fechando à imprensa e voltado para a apresentação de empresas e a discussão mais concreta de negócios. A realização do seminário marca, para o Citi, o fim de um longo período de visibilidade externa relativamente baixa. A ordem, no banco, é aumentar seu perfil público.